

## PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE O CENSO AGROPECUÁRIO

**\* Roberto Rodrigues**

Saiu publicado, finalmente, o censo agropecuário feito com base em 2006, no qual há muita informação para ser analisada. São centenas de tabelas que demandam muito estudo criterioso para não se chegar a conclusões apressadas. Aliás, o correto é checar as informações (onde houver possibilidade de comparações) de todos os censos realizados desde 1970.

Alguns números importantes saltam à vista: em 1996 (ano do censo anterior) o Brasil tinha 4.859.865 estabelecimentos rurais; em 2006, o número aumentou para 5.175.489, um crescimento de 6,5%, que pressupõe uma desconcentração. No entanto, segundo explicações dos técnicos do IBGE, de acordo com o índice de GINI houve um aumento da concentração. Mas, curioso, a tal concentração caiu em 2360 municípios.

Se voltarmos no tempo, o número de estabelecimentos em 1970 era de 4.924.019, quase o mesmo de 1996, e também inferior ao de 2006. Como explicar isso? Seriam os assentamentos? Ou a “reforma agrária” das heranças divididas? Seja como for, há uma aparente redução das concentrações.

E a área plantada? Esta aumentou de 1970 (294,145 milhões de ha) para 1996 (353,611 milhões de ha); mas, de lá para cá, caiu para 329,941 milhões de ha, uma redução de 23 milhões de ha, ou 6,69% em relação ao censo anterior.

Aliás, está dito no censo que boa parte desta área foi cedida para novas unidades de conservação e terras indígenas, respectivamente com 72,099 milhões de ha (8,47% do território nacional) e 125,545 milhões de ha (14,74% do total), antes da cessão da Reserva Raposa Serra do Sol.

Em 1996, havia 17.930.890 pessoas trabalhando no campo, contra 16.567.544 em 2006, diminuição quase proporcional à da área total dos estabelecimentos rurais.

Em compensação, 803 mil tratores operavam no campo em 1996, enquanto que em 2006 o número subiu para 820 mil: pouco menos de gente, para um pouco mais máquinas, um bom sinal.

As propriedades com menos de 10 ha ocupavam 2,7% da área total e eram 47% dos estabelecimentos; as com mais de 1000 ha tinham 43% das terras e eram 1% dos estabelecimentos.

Mas os dados interessantes mesmo estão na produção.

Quase todos os produtos tiveram aumentos significativos: algodão cresceu 189% de 1996 a 2006; a soja cresceu 88%, a mandioca 77%, o milho 66%, o trigo 57,5%, o feijão 50%, a cana 48%, o café 26%, arroz 17,4%, até a uva cresceu 26,9% e o fumo explodiu em 145,7%. Só diminuíram: laranja -25,2% e cacau com - 17,7%. Mais interessante ainda é o aumento da produtividade no período, justificando o fato de que a área plantada cresceu menos que a produção. Só mandioca teve redução de produtividade (- 20,4%) no período. Todos os demais produtos tiveram melhores rendimentos, fruto da tecnologia tropical sustentável gerada no país.

Os dados apontam que a agricultura familiar produziu, em 2006, 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e 21% do trigo.

No caso da soja, a agricultura familiar ficou com 16% da produção nacional.

Os critérios que definem o que é agricultura familiar foram determinados pela Lei nº 11.326 aprovada em 2006. Eles são mais restritivos do que os critérios usados em estudos feitos anteriormente por outros organismos como FAO/INCRA e universidades brasileiras que estudaram o setor. A lei 11.326 determina que quatro módulos fiscais é o limite máximo para um empreendimento familiar. Determina também que a mão-de-obra deve ser predominantemente da própria família e a renda deve ser originada nas atividades da propriedade e a direção também tem que ser feita por um membro da família.

Há ainda algumas curiosidades, como a forma de obtenção da terra, em 2006.

Cerca de 2.418.339 propriedades foram obtidas a partir da compra de particular; e 1.526.161 foram resultado de herança!

Mais de 290 mil vieram de reforma agrária, 47 mil com crédito fundiário, 123 mil via doações e 46 mil por causa de usucapião.

Em 2006, o valor da produção agropecuária chegou a 143,8 bilhões de reais, e a receita (o que foi vendido) foi de 122,63 bi; as despesas foram de 111,3 bi de reais.

O valor total de bens em mãos do setor rural era de 1,24 trilhão de reais, dos quais 71% representados pelo imobilizado em terras.

A renda líquida no ano foi de 32 bilhões de reais, ou 2,5% do valor total dos bens. Muito pouco!

Há outras interessantes notas: em 2006, 68% dos estabelecimentos rurais tinham energia elétrica, um aumento de 80% em relação a 1996.

Cerca de 80% dos produtores rurais tinham baixa escolaridade e 77% dos trabalhadores tinham parentesco com o produtor.

A agricultura orgânica já atingia 1,8% dos estabelecimentos, e 6,3% do total de estabelecimentos já usam irrigação (um crescimento de 39% em relação a 1996).

E 22% dos estabelecimentos, principalmente médios e grandes, recebiam assistência técnica. Também é muito pouco.

Em resumo, o Censo tem uma riqueza de informações que precisam ser bem analisados, inclusive para sinalizar políticas públicas que ajudem o setor rural, grande alavanca da economia brasileira.

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e Professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**